

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Semestre e exercício de 2014

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao 2º semestre e exercício de 2014.

Cenário Econômico

No ano de 2014 a economia brasileira conviveu com avanço da inflação e aumento da inadimplência, o que ocasionou a retração do consumo e afetou as atividades em diferentes setores. Para os próximos meses, a possibilidade de retomada de crescimento depende, ainda, da aprovação das medidas de ajuste fiscal pelo Congresso Nacional.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no segundo semestre de 2014 acumulou alta de 2,57% e avanço de 6,41% em 12 meses, ficando assim praticamente no teto da meta estabelecida pelo Banco Central que foi de 6,5%.

Dados da Saracis Experian apontam que 35 milhões de brasileiros com dívidas acima de R\$ 200,00 estão inadimplentes há mais de 90, o que corresponde a 24,5% da população.

O Brasil está passando por um momento de turbulência no cenário econômico e político e a situação exige cautela.

No ano de 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) fechou com contração de 0,15% (dado a ser confirmado). A previsão para 2015, no quesito FOCUS do Banco Central, é de contração de 0,78%. Já, a previsão do FMI para o Brasil é de um crescimento de 0,3% enquanto a média mundial será de 3,5% e a média dos países emergentes será de 4,3%.

Desta forma, a NEGRESCO CFI continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhe são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste. No ano de 2014 houve a descontinuidade da operação de cartão de crédito cujo saldo remanescente migrou para a operação de empréstimo e as novas compras migraram para a operação de financiamento.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido

O resultado contábil positivo da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício de 2014, alcançou a importância de R\$ 15,272 (milhões), com Patrimônio líquido equivalente a R\$ 40,378 (milhões).

Patrimônio líquido em 31/12/2013	32.883
(+) Lucro do exercício	15.272
(-) Pagamento de juros sobre o Capital Próprio	(1.644)
(-) Distribuição de dividendo mínimo em 31/12/2014	(6.133)
(=) Patrimônio líquido em 31/12/2014	40.378
(-) Distribuição de dividendo em 20/01/2015	(6.814)
(=) Patrimônio líquido em 28/02/2015	33.564

Gestão de riscos

A NEGRESCO adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades. A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Risco Operacional

O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A NEGRESCO S/A continuamente agrega esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O cumprimento constante das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando à qualidade de suas atividades operacionais.

Estrutura de Gerenciamento

O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da NEGRESCO, composta por um Diretor Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 02 (dois) anos, cujas posses nos cargos, ocorrem mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional na NEGRESCO respeita, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

a) Identificação

É realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição;

b) Avaliação

Periodicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a eficiência dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional;

c) Monitoramento

Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utilização dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de riscos, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados;

d) Controle

É realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

e) Mitigação

Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da NEGRESCO tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistemáticas sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A NEGRESCO vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento da sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Neste horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos determinados como necessários, são ferramentas que visam garantir e resguardar as operações, processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 16 de março de 2015.

Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014		2013		PASSIVO	Nota explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
CIRCULANTE		175.787	163.171	163.171	163.171	CIRCULANTE		81.124	89.287	89.287	89.287
Disponibilidades	4	85	85	525	525	Depósitos	12	30.058	30.058	21.594	21.594
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	9.254	4.102	4.102	4.102	Depósito a prazo		603	603	603	603
Aplicações em depósitos interfinanceiros		9.254	4.102	4.102	4.102	Recursos de aceites e emissão de títulos		603	603	603	603
Operações de crédito	7	159.895	150.575	150.575	150.575	Recursos de aceites cambiais	12	603	603	603	603
Operações de crédito: Setor privado		171.571	141.634	141.634	141.634	Outras obrigações		50.463	61.773	61.773	61.773
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.d	27.939	39.133	39.133	39.133	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		98	97	97	97
Provisão para perdas em operações de crédito		(39.615)	(30.192)	(30.192)	(30.192)	Sociais e estatutárias	18.c	6.133	2.902	2.902	2.902
Outros créditos	8	5.855	5.884	5.884	5.884	A ações e previdenciárias	14	34.552	49.216	49.216	49.216
Diversos		5.855	5.884	5.884	5.884	Obrigações por operações vinculadas a cessão	15	6.778	7.404	7.404	7.404
Provisão para perdas de outros créditos		-	(6)	(6)	(6)	Diversas		6.778	7.404	7.404	7.404
Outros valores e bens	9	18	85	85	85						
Despesas antecipadas		18	85	85	85	NÃO CIRCULANTE		72.634	66.669	66.669	66.669
NÃO CIRCULANTE		17.472	18.891	18.891	18.891	Depósitos	12	10.517	33.121	33.121	33.121
Operações de crédito	7	3.778	3.933	3.933	3.933	Depósito a prazo		10.517	33.121	33.121	33.121
Operações de crédito: Setor privado		3.852	3.922	3.922	3.922	Recursos de aceites e emissão de títulos		34.200	4.357	4.357	4.357
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.d	(74)	(1)	(1)	(1)	Recursos de aceites cambiais	12	34.200	4.357	4.357	4.357
Provisão para perdas em operações de crédito		(74)	(1)	(1)	(1)	Outras obrigações		27.917	29.191	29.191	29.191
Outros créditos	8	13.694	14.958	14.958	14.958	Obrigações por operações vinculadas a cessão	14	27.917	29.191	29.191	29.191
Diversos		13.694	14.958	14.958	14.958	Provisão para riscos cíveis e fiscais	16	27.917	29.191	29.191	29.191
PERMANENTE		877	857	857	857	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.378	32.883	32.883	32.883
Imobilizado	10	542	617	617	617	Capital de domiciliados no País	18.a	32.675	32.675	32.675	32.675
Outras imobilizações de uso		1.461	1.389	1.389	1.389	Reserva legal	18.b	889	208	208	208
Depreciações acumuladas		(919)	(772)	(772)	(772)	Reservas especiais de lucros	18.c	6.814	-	-	-
Intangível	11	335	240	240	240						
Outros ativos intangíveis		2.559	2.418	2.418	2.418						
Amortização acumulada		(2.224)	(2.178)	(2.178)	(2.178)						
Total		194.136	182.919	182.919	182.919	Total		194.136	182.919	182.919	182.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Reservas de lucros	Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
Lucro do exercício	32.675	-	-	(8.331)	24.344
Destinação do resultado:					
Constituição de Reserva Legal	-	491	(491)	-	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(283)	(1.300)	-	(1.583)
Compensação do prejuízo acumulado	-	283	-	-	283
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	32.675	208	-	15.272	32.883
Lucro do exercício	32.675	-	-	15.272	48.152
Destinação do resultado:					
Constituição de Reserva Legal	-	681	(681)	-	-
Distribuição de dividendo mínimo	-	-	6.133	(6.133)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	6.814	(6.814)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	889	(1.644)	-	(755)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	32.675	889	6.814	(1.644)	40.378
Mutações do exercício	889	881	3.814	(4.995)	4.689
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	32.675	628	-	7.984	41.287
Lucro do semestre	261	-	-	6.868	7.129
Destinação do resultado:					
Distribuição de dividendo mínimo	-	-	6.133	(6.133)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	6.814	(6.814)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	889	(1.644)	-	(755)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	32.675	889	6.814	(1.644)	40.378
Mutações do semestre	261	261	6.814	(7.984)	(909)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 06 de julho de 2001, estando autorizada a operar com as cartilhas de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de créditos diretos ao consumidor (CDC) para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais e administração de cartão de crédito.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis 11.638/07, 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através de critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros requisitos dessa instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de

convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 20 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Não é possível a utilização do BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a alteração dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

- a) Ajuste do resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
- b) Ativos e passivos circulantes e a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata".

continua na próxima página----->

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões, inclusive, exigidas pelos normas do CMN e BACEN.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluindo na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de curto prazo e prazo até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

Títulos disponíveis para venda são aqueles dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado, e avaliados a valores de mercado, quando aplicável, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários.

i. Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

ii. Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.687/00 CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	a vencer	-
A	até 14 dias	0,50%
B	de 15 a 30 dias	1,00%
C	de 31 a 60 dias	3,00%
D	de 61 a 90 dias	10,00%
E	de 91 a 120 dias	30,00%
F	de 121 a 150 dias	60,00%
G	de 151 a 180 dias	70,00%
H	acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por um mês. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução 2.687/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g) Transações de cessão, venda ou transferência de ativos financeiros
A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme detida na Resolução nº 3.533 do CMN, devem ser classificadas nas seguintes categorias:

• Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período.

• Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Quando ocorre a transferência de controle do ativo financeiro a instituição cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, reconhecendo o passivo referente à obrigação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

• Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

Atenuação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram dados pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

h) Despesas antecipadas
Correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

i) Ativo imobilizado
Equivalent aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens de Financeira.

E é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Instalações 10
Móveis e utensílios 10
Sistema de comunicação e equipamentos 20
Sistema de processamento de dados 20

j) Ativo intangível
O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que não é recuperável e que gera fluxos de caixa independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

li) Depósitos e aplicações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das disponibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia.

m) Recursos de acetil e emissão de títulos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia.

n) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as

variações monetárias auferidas (em base "pró-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pró-rata" dia).

o) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
Impostos contábeis
A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas contadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.938/07 e pelos artigos 36 e 37 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar o líquido ou valor contábil desses ativos e passivos.

p) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propõem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda provável, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições;

• Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes em atendimento às normas do BACEN.

q) Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

r) Lucro por ação
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidade	765	2.525
Aplicações interfinanceiras (nota 5)	9.254	4.102
Total	10.019	6.627

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2014	2013
DI - não ligadas	9.254	4.102
Total	9.254	4.102

Estas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza e possuem conversibilidade imediata em caixa ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-fixada entre 79,17% a 100,00% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A financeira auferiu no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 473 e R\$ 947, respectivamente (R\$ 516 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram encerrados o FIDC Credipar I e o FIDC Credipar Mais, que estavam custodiados junto ao Banco Bradesco S.A., e conforme o Instrumento Particular de Reconhecimento, a Quitação de Obrigações firmado entre as partes, as operações de crédito em aberto remanescentes foram transferidas para a Financeira sem custos adicionais. Com o encerramento dos fundos, os valores dos títulos e valores mobiliários foram baixados e os seguintes ativos e passivos foram reconhecidos:

	Credipar I	Credipar Mais	Totais
Disponibilidade	842	2.100	2.942
Carteira de crédito	33.858	35.390	69.248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (-)	(33.858)	(35.390)	(69.248)
Batidas das obrigações por cessão de crédito	1.263	1.263	2.526
Títulos de valores mobiliários	(1.263)	(25.952)	(27.215)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas, a Financeira reconheceu na rubrica de "Resultados com títulos e valores mobiliários" o valor de R\$ 24.989 (R\$ 2.161 do FIDC Credipar I e R\$ 22.827 do FIDC Credipar Mais).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS COM CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2014	2013
Operações de Crédito		
Empréstimos	22.336	15.191
Financiamentos	181.026	189.510
Total	203.362	184.701
Provisão para perdas em operações de crédito	(163.873)	(154.508)

Operações de crédito - circulante

Operações de créditos vinculadas a cessão

Provisão para perdas em operações de crédito circulante

Operações de crédito - não circulante

Operações de créditos vinculadas a cessão

Provisão para perdas em operações de crédito não circulante

b) Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	2014	2013
Carteira Distribuição		
Setor privado:		
Outros setores	514	155
Comércio	-	189
Pessoa física	202.848	99.756
Total	203.362	184.701

c) Composição por prazo de vencimento:

	2014	2013
Carteira Distribuição		
Parcelas a vencer:		
Parcelas a vencer:		
até 90 dias	80.226	39.457
de 91 a 360 dias	76.466	31.606
acima de 360 dias	3.852	1.893
Total	203.362	184.701

A taxa média praticada no semestre pela financeira foi de 12,08% ao mês para empréstimo e de 6,14% ao mês para financiamento. Durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 69.952 e R\$ 135.623, respectivamente (R\$ 110.089 no exercício de 2013).

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

d.1) Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos

Descrição	2º semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Saldo do início do período	(34.117)	(30.193)	(21.139)
Constituição	(27.283)	(52.612)	(42.914)
Constituição referente aos créditos recebidos do FIDC (nota 6)	-	-	(69.248)
Baixa para Prejuízo referente aos créditos recebidos do FIDC (nota 6)	-	-	68.948
Baixa para Prejuízo	-	-	34.160
Saldo final do período	(39.889)	(39.889)	(30.193)

d.2) Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2014 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31 de dezembro de 2014:

Empréstimo / Financiamento

Nível de Risco	Situação	% de Capital de Giro	CDC	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	13.073	120.062	133.135
B	Normal	1,00%	105	807	912
B	Vencido	1,00%	1.166	9.140	10.306
C	Normal	3,00%	20	212	232
C	Vencido	3,00%	943	6.600	7.543
D	Normal	10,00%	9	69	78
D	Vencido	10,00%	860	4.618	5.478
E	Normal	30,00%	1	33	34
E	Vencido	30,00%	764	4.414	5.178
F	Normal	50,00%	2	27	29
F	Vencido	50,00%	669	4.252	4.941
G	Normal	70,00%	17	13	30
G	Vencido	70,00%	689	4.024	4.713
H	Normal	100,00%	3	54	57
H	Vencido	100,00%	3.995	26.701	30.696
Total			22.336	181.026	203.362

Posição em 31 de dezembro de 2013:

Nível de Risco	Situação	% de Capital de Giro	CDC	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	9.430	118.313	127.743
B	Normal	1,00%	787	56	843
B	Vencido	1,00%	904	9.004	9.908
C	Normal	3,00%	241	198	439
C	Vencido	3,00%	594	5.526	6.120
D	Normal	10,00%	30	76	106
D	Vencido	10,00%	469	4.196	4.665
E	Normal	30,00%		65	65
E	Vencido	30,00%	366	3.786	4.152
F	Normal	50,00%		52	52
F	Vencido	50,00%	362	3.640	4.002
G	Normal	70,00%	29	44	73
G	Vencido	70,00%	399	3.305	3.704
H	Normal	100,00%	2	251	253
H	Vencido	100,00%	1.578	21.008	22.586
Total			15.191	169.510	184.701

e) Cessão de Crédito
A financeira fez cessões de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios, durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, junto aos bancos Bradesco, HSBC, Safra e Paraná Banco. O montante de R\$ 333.749 e R\$ 748.443 respectivamente (R\$ 78.783 em 2013).

Destes forma, a entidade continuou a registrar os valores cedidos em seu ativo e atualiza-los pelas taxas firmadas inicialmente com os seus clientes. Em contrapartida, os recursos recebidos provenientes de cessão foram registrados no passivo pelo efetivo valor recebido, o qual está sendo atualizado de acordo com as taxas praticadas nos contratos de cessão de crédito.

Tanto as receitas das operações registradas no ativo quanto as despesas das operações registradas no passivo estão sendo reconhecidas no resultado do período por competência.

8. OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Devedores diversos - país (a)	930	1.308
Impostos e contribuições a compensar (b)	3.218	3.199
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (c)	-	1.566
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (d)	74	227
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL Diferido (e)	15.152	15.342
Outros	175	208
Sub-Total	19.549	20.850
Provisão Outros	(6)	(8)
Total	19.543	20.842

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2014, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	2014	2013
2015	3.985	3.985
2016	624	624
2017	5.984	5.984
2018	1.885	1.885
2019	1.970	1.970
2020 a 2024	705	705
Total	15.352	15.352

O valor presente do crédito tributário é de R\$ 10.599, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 13,50% ao ano para os períodos correspondentes.

9. OUTROS VALORES E BENS

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas no montante de R\$ 18 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2013), classificadas em "Outros valores e bens" referem-se basicamente a comissões pagas na captação de recursos com terceiros no valor de R\$ 10, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação e estão segregadas da seguinte forma:

	2014	2013
Circulante	18	85
Total	18	85

No semestre e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$ 13 e R\$ 67, respectivamente (R\$ 582 no exercício findo em 2013) reconhecidas na rubrica de Outras despesas administrativas.

10. IMOBILIZADO DE USO

	2014	2013	
Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.083 (657)	426 462	
Equipamentos de comunicação	340 (240)	100 131	
Outros	38 (22)	16 24	
Total	1.461 (919)	542 617	

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2014, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

11. INTANGÍVEL

	2014	2013	
Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Processamento de dados	2.282 (2.023)	259 117	
Outros	777 (701)	76 75	
TOTAL	2.559 (2.724)	348 240	

12. CAPTAÇÃO DE DEPOSITOS A PRAZO (DPGE) E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

a) Composição por vencimento dos depósitos e aceites cambiais

	2014			2013				
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	13.925	16.133	10.517	40.575	-	-	-	-
Acetes cambiais	-	603	34.200	34.803	-	-	-	-
Total	13.925	16.736	44.717	75.378	-	-	-	34.803

	2013			2012				
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	21.594	33.121	54.715	-	-	-	-
Acetes cambiais	-	-	4.357	4.357	-	-	-	-
Total	-	21.594	37.478	59.072	-	-	-	59.072

	2013			2012				
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Acetes cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-

Os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) foram contratados no país, sendo remunerados entre 10% a 12% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário ou IPCA mais juros de 1,50% a 8,40% ao ano. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas despesas no resultado no montante de R\$ 2.899 e R\$ 6.573 respectivamente (R\$ 6.089 em 31 de dezembro de 2013).

Os recursos de Acetes Cambiais foram contratados no país, sendo remunerados entre 120% e 125% do CDI. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 1.705 e R\$ 2.175 respectivamente (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2013).

b) Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

	2014		2013	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
DPGE	2.899	6.573	6.089	6.089
Acetes cambiais	1.705	2.175	27	27
Fundo Garantidor de Crédito	2.689	6.159	30	589
Obrigações por cessões de crédito (nota 14)	2.689	6.159	30	589
Total	7.533	15.480	36.854	36.854

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2014	2013
Imposto de renda	915	1.040
Contribuição social	1.317	967
COFINS a recolher	438	2.306
PIS a recolher	71	375
Impostos retido na fonte	101	291
INSS e FGTS a recolher	30	29
Outras	30	48
Total	2.902	5.056

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES VINCULADAS A CESSÕES

A partir de 1º de janeiro de 2012 os valores recebidos nas cessões de créditos foram classificados no passivo, na rubrica "Obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros" em conformidade com a Resolução 3.553/2006 e carta-circular 3.54/2012. No semestre e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 2.690 e R\$ 6.159 respectivamente (R\$ 30.149 em 2013).

Os compromissos assumidos estão apresentados de acordo com os referidos prazos de cessão conforme abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
A vencer até 3 meses	19.271	21.523
A vencer de 4 até 12 meses	15.281	27.693
A vencer mais de 12 meses	-	18
TOTAL	34.552	49.234
Circulante	34.552	49.218
Não circulante	-	16

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2014	2013
Valores financiados a repassar aos lojistas	3.608	3.902
Valores a pagar a prestadores de serviços	2.744	3.219
Arrendamento mercantil a pagar	227	283
Outros	6.778	7.404
Total	13.357	15.818

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e civil, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e fiscais foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e obrigações legais.

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes e obrigações legais por natureza

	2014	2013
Contingência cível	1.560	1.278
Contingência fiscal	29.397	27.895
Total	30.957	29.173

b) Movimento das passivos contingentes e obrigações legais

Movimentações das contingências

	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	1.036	26.481	27.517

Adições

Reversão	(178)	-	(178)
Pagamento	(965)	-	(965)

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013

Adições	636	743	1.379
Reversão	(102)	(3.248)	(3.350)
Pagamento	(340)	-	(340)
Saldo inicial em 30 de junho de 2014	1.472	25.390	26.862

Adições

Reversão	(52)	-	(52)
Pagamento	(642)	-	(642)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	1.560	26.357	27.917

c) Processos classificados como possíveis

A Financeira é parte em 61 processos cíveis (69 em 2013) classificados como risco possível de perda pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 2.321 mil (R\$ 32 em 2013). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Não há processos fiscais e trabalhistas classificados como perda possível.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a ações de juros aplicadas e contratos não existentes.

d) Passivo contingente

A Financeira responde conjunta e solidariamente a 50 processos trabalhistas (45 em 2013), cuja responsabilidade contratual é da Credipar Serviços Financeiros Ltda.

A Financeira impetrou um mandado de segurança para que fosse declarada legal a exigência perpetrada pela autoridade quanto ao recolhimento de PIS e COFINS do montante previsto pela Lei nº 9.718/98, em seu §1º do artigo 3º. O Juiz Federal, em 14 de agosto de 2008, concedeu a segurança para reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança do PIS e da COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98 e o direito líquido e certo da Financeira a recolher tais tributos de acordo com o estabelecido nas Leis Complementares nº 70/91 e nº 07/73, sem as mudanças de base de cálculo e alíquotas previstas na referida Lei nº 9.718/98, bem como fazer a compensação do indébito, recolhido nos últimos dez anos, atualizado pela SELIC, com quaisquer tributos ou contribuições sob a administração da Secretaria da Receita Federal.

No dia 28 de maio de 2009, houve a aplicação e o teorame necessário onde a Receita Federal apelou sustentando a prescrição em relação aos valores recolhidos há mais de cinco anos. A Egrégia 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, deu parcial provimento ao apelo e a remessa oficial.

No dia 28 de maio de 2009, o processo foi transitado em julgado devido ao fato das partes não terem interposto recursos. Com isso, em 30 de junho de 2009, a Administração, baseada nas decisões acima citadas e no trânsito em julgado, contabilizou em "outras obrigações - diversas" o montante de R\$11.390, relativo ao reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e COFINS, promovida pelo art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98. Os montantes foram compensados com tributos federais, estando em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 12.

No dia 4 de maio de 2011, a União propôs ação rescisória, com pedido de novo julgamento, visando desconstituir a decisão proferida pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A União solicitou a concessão da tutela antecipada, nos termos do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, impedindo imediatamente a realização e compensação de créditos fiscais com base na ação rescisória.

Em 10 de junho de 2011, o Desembargador deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender liminarmente a execução do julgado rescisório. Em sua decisão menciona que a execução do processo rescisório, em regra, não se suspende com a interposição da ação rescisória, nos termos do artigo 489 do CPC. Contudo, nesse caso, há grandes possibilidades de ser o acórdão rescisório, em virtude do reconhecimento, pelo STF, de que as receitas decorrentes de atividades financeiras lícitas devem integrar a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, razão pela qual deve ser deferido o pedido de antecipação da tutela como postulado. Decidiu pela execução do processo rescisório.

No dia 21 de julho de 2011, a Financeira apresentou sua contestação com relação à decisão mencionada acima.

No dia 26 de julho de 2011, o juiz federal deu provimento aos presentes embargos para esclarecer que a antecipação de tutela deferida apenas veda a realização de novas compensações de créditos fiscais com base na ação rescisória, não autorizando o início do procedimento administrativo por parte do Fisco tendente a buscar a cobrança de compensações realizadas antes da concessão da tutela antecipada, até o julgamento do mérito da ação rescisória.

Considerando que na decisão antecipada da tutela, o desembargador menciona que existe grande possibilidade da ação rescisória cancelar o acórdão transitado em julgado, que a Financeira compenhou tributos federais com créditos obtidos decorrentes da ação rescisória supracitada e que a Financeira não inclui na apuração do PIS e da COFINS as receitas sobre sua atividade-fim, a Administração efetuou a provisão em 30 de novembro de 2011, no valor de R\$24.860, considerando que o risco de perda do processo relativo à ação rescisória é provável, reconstituindo dessa forma a provisão relativa à obrigação legal para o PIS e a COFINS.

Em 06 de dezembro de 2012, foi proferido Acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmando os efeitos prospectivos da ação rescisória, preservando, assim, as compensações realizadas pela financeira.

Em 05 de janeiro e 21 de janeiro de 2013 a União e a Financeira, respectivamente, protocolaram embargos de declaração.

No dia 04 de abril de 2013, foi proferido acórdão acolhendo os embargos com o objetivo de mencionar os dispositivos legais e constitucionais suscitados pelas partes, mas mantendo a decisão anterior.

Em 03 de junho de 2013, foram protocolados Recursos Especial e Extraordinário pela União Federal. Em 08 de julho de 2013, a Financeira apresentou suas contra razões, bem como protocolou Recurso Especial Adesivo e Recurso Extraordinário Adesivo. Em 26 de julho de 2013 a União Federal apresentou suas contra razões.

Em 29 de julho de 2013 os autos foram encaminhados para o Vice-Presidente do TRF da 4ª Região, para que ele verifique se foram atendidos os requisitos para aceitação (admissibilidade) dos recursos interpostos pela União Federal e pela Financeira, para que, somente após, em sendo admitidos, os autos sejam encaminhados para os Tribunais Superiores.

No STJ, os Recursos Especial e Adesivo foram autuados sob o nº 1.420.244. Em decisão publicada no dia 01 de abril de 2014, o STJ negou conhecimento ao Recurso Especial interposto pela União e pela Financeira, por estar condicionado a admissibilidade do Recurso Especial interposto pela União.

Não foi interposto qualquer recurso pela União em face da referida decisão monocrática, que transitou em julgado no dia 15 de abril de 2014. Diante disso, os autos foram remetidos ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do Recurso Extraordinário da União e do Recurso Extraordinário Adesivo da financeira.

No STJ, os Recursos foram autuados sob o nº 810.557, tendo como Relator a Ministra Carmen Lúcia. Em 06 de agosto de 2014, foi publicada decisão monocrática da Ministra Relatora delimitando o retorno dos Recursos ao TRF4, para que permaneçam sobrestados (suspensos) até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 609.096-RS, afilado com Repercução Geral.

A Financeira interpôs Agravo Regimental, argumentando que o objeto dos Recursos em questão não se confunde com a matéria tratada naquele Recurso paradigma, de modo que a decisão de sobrestamento deve ser revista. Todavia, a relatora reafirmou seu entendimento em nova decisão monocrática publicada no dia 17 de novembro de 2014, negando seguimento ao Agravo Regimental interposto pela Financeira.

Os Recursos Extraordinários da União e da Financeira retornaram ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 28 de novembro de 2014, para permanecerem sobrestados até o julgamento do RE nº 609.096-RS pelo STF.

Considerando que (i) a ação rescisória foi julgada procedente, atribuindo efeitos prospectivos, (ii) a União recorreu dessa decisão, (iii) ainda pendente de julgamento no STJ o Recurso Extraordinário interposto pela União, e (iv) a provisão já está constituída, a Financeira resolveu manter a provisão realizada em 30 de novembro de 2011, no valor atualizado de R\$26.357.

Em maio de 2014, o auditor da Receita Federal do Brasil procedeu uma auditoria fiscal de Cofins e do PIS relativo ao período de janeiro/2008 a dezembro/2010, no âmbito da Auditoria Oficial 24.308-00058 (PAF 10890-721.473/2014-15), e concluiu que o valor provisionado pela Financeira estava adequado, mas sem a multa por entender não ser devida multa de ofício no caso em que se encontra o processo da Financeira: exigibilidade suspensa na forma do artigo 63 da Lei 9.430/90.

Após o fim do procedimento fiscal, foi lavrado Auto de Infração contra a Financeira, exigindo créditos tributários de PIS e de COFINS relativos ao período de maio/2009 a dezembro/2010, acrescidos apenas de juros, sem multa. A Financeira foi intimada do Auto de Infração em 28/05/2014 e apresentou Impugnação em 28/06/2014, que ainda aguarda julgamento.

Com base nessa auditoria entende que no caso de procedência da ação rescisória não poderá ser exigida multa por parte das autoridades fiscais e, por esse motivo, a provisão para multa foi estornada no montante de R\$ 3.248 (nota 22).

A provisão para risco fiscal vem sendo atualizada pela Selic e em 31 de dezembro de 2014 o montante da provisão é de R\$ 26.357 mil.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

Descrição	2014				2013			
	Nota	Ativo (passivo)	Réscita (passiva)	Ativo (passivo)	Réscita (passiva)	Ativo (passivo)	Réscita (passiva)	
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	24.988	
FIDC Credpar	6	-	-	-	-	-	2.181	
FIDC Credpar Mais	6	-	-	-	-	-	22.827	

Recursos de aceites cambiais

Credipar Serviços Financeiros Ltda.	8.081	(427)	(678)	4.357	(27)
Empreendimento Florestas Cantuária Ltda.	3.297	(147)	(115)	-	-
Negresco Fomento Ltda.	2.740	(172)	(317)	2.422	(23)
Oelo Loc. Equip. Eletrônicos Ltda.	52	(2)	(4)	-	-
Transfer. Guilherme Imv. Ltda.	210	(8)	(16)	-	-
Orlando Otto Kaesemodel Filho	991	(51)	(142)	1.935	(4)

Prestação de Serviços

Credipar Serviços Financeiros Ltda. (Credpar)	(a)	1.840	(10.149)	(19.483)	(1.785)	(15.090)
Crediparpar Serviços Financeiros Ltda. (Credpar)		1.838	(10.149)	(19.483)	(1.783)	(15.090)
Crediparparpar Serviços Financeiros Ltda. (Credpar)		1	-	-	-	-
Negresco Fomento Ltda.		1	-	-	(2)	-

Remuneração da administração

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Financeira não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinam a atender às necessidades próprias.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

a) Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos apuramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b) Risco operacional

No exercício de 2014, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração. A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeiros, esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Financeira, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, visando atender ao disposto na Resolução nº 3.380 junho de 2006 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional foi implementado e está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. A Financeira emprega uma política conservadora na administração de

sua exposição a risco de mercado. Atendendo ao disposto na Resolução nº 3.464 de junho de 2007 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado foi implementado e está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistema da instituição.

d) Risco de taxas de juros

O Mercado está sujeito aos efeitos da política econômica do Governo Federal, que sempre intervém frequentemente na política monetária do País, com medidas para estabilizar e controlar a inflação. Uma delas é alterando a taxa de juros. Como os ativos da financeira são atualizados por taxas prefixadas e o passivo indexado por taxas pós-fixadas (CDI, IPCA), sujeitas a variação de mercado, a Administração gerencia a exposição das taxas de juros através de análises de fluxos de caixa futuros, assim como monitora os atos futuros do governo com o objetivo de equalizar o descaimento das taxas e os prazos nas operações contratadas e captadas.

26. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO – PRE (ACORDO BASÍLIA II)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada indicador de Basília II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2014 atingiu 18,16%.

	2014	2013
Patrimônio de referência	38.156	32.883
Popr	1.660	1.080
Pepr	21.092	21.531
Pjur1	365	198
Riscan		
Total de parcelas	23.117	22.809

Suficiência (Insuficiência) de Capital 15.039 10.074

Índice de Basília BACEN

18,16 15,86

27. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA LEI Nº 12.973/14

A Lei ordinária nº 12.973, de 14 de maio de 2014 que aprovou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Administração da Financeira continua analisando os eventuais impactos decorrentes da referida Lei, mas não espera efeitos significativos pela sua adoção e pretende optar pela adoção a partir do ano-calendário 2015.

DIRETORIAOrlando Otto Kaesemodel Filho – Diretor Presidente
Sergio Shoji Yamamoto – Diretor Eduardo Alexandre Nowakowski – Diretor
Antonio João Beal – Diretor José Gilberto Beal – Diretor**CONTADOR**

José Gilberto Beal – Diretor CRC (PR) 035187/O - 7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTESAos Administradores e Acionistas da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como

a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 16 de março de 2015
DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F-PRCosme dos Santos
Contador
CRC nº 1 RJ-078.160/O-8

R\$ 7.704,00 - 22505/2015

Capitale Securitizadora de Créditos S.A.

CNPJ: 15.229.110/0001-05

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014 comparativas a 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 09 de março de 2015.

Balanço Patrimonial (Em reais)					Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em reais)			
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
ATIVO			PASSIVO					
Ativo Circulante			Passivo Circulante			Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Caixa e equivalentes de caixa	15.617	777.723	Obrigações com Fornecedores	18.834	-	Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	1.079.521	651.550
Direitos Creditórios a receber	9.962.171	5.515.912	Obrigações trabalhistas e sociais	10.284	4.308	Ajustado por:		
Tributos a recuperar	8.849	22.385	Obrigações tributárias	85.898	76.114	- Despesas com remuneração de debêntures	1.752.028	950.872
Outros créditos	-	53.000	Outras obrigações	462.262	950.000		2.831.549	1.602.422
Total do Ativo Circulante	9.986.637	6.369.020	Dividendos obrigatórios	904.108	577.025	(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Ativo Não Circulante			Total do Passivo Circulante	1.481.386	1.607.447	Direitos Creditórios a receber	(4.446.259)	(2.992.580)
Imobilizado	450.000	950.000	Não Circulante			Tributos a recuperar	1.013	(15.588)
Total do Ativo Não Circulante	450.000	950.000	Outras Obrigações	61.868	3.685	Outros créditos	53.000	(53.000)
Total do Ativo	10.436.637	7.319.020	Títulos e Valores Mobiliários	8.880.383	5.694.888	Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
			Total do Passivo Não Circulante	8.942.251	5.698.573	Obrigações com Fornecedores	18.834	-
			Patrimônio líquido			Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(22.835)	31.433
			Capital social	10.000	10.000	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.976	2.815
			Reserva Legal	2.000	2.000	Outras obrigações	(487.738)	950.000
			Reserva de Capital	1.000	1.000	Juros a Appropiar	58.183	-
			Total do patrimônio líquido	13.000	13.000	Caixa proveniente(usado) nas operações	(1.988.277)	(474.498)
			Total do Passivo	10.436.637	7.319.020	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(301.295)	(77.539)
						Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(2.289.572)	(552.037)
						Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
						Venda de imobilizado	500.000	-
						Aquisição de ativo imobilizado	-	(950.000)
						Distribuição de dividendos	(406.000)	(20.000)
						Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	94.000	(970.000)
						Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
						Ingresso de debentures	1.433.466	1.646.390
						Caixa líquido das atividades de financiamentos	1.433.466	1.646.390
						Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(762.106)	124.353
						Caixa e equivalente de caixa no início do período	777.723	653.370
						Caixa e equivalente de caixa no final do período	15.617	777.723
						Demonstrações do resultado abrangente (Em reais)		
							31/12/2014	31/12/2013
						Resultado Líquido do Período	733.084	538.749
						Resultado abrangente do período	733.084	538.749
						Diretoria		
						Ricardo Prestes Mion - Diretor Presidente		
						Arceu Lorenzo - Contador - CRC PR 020661/O-1		

As demonstrações financeiras completas estão disponíveis nas sede social da Companhia.

R\$ 936,00 - 22522/2015